

Instituto Nacional da Propriedade Intelectual

Programa de Mestrado/Doutorado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação

Programa de Curso					
Professores (organizadores): Mauro Catharino Vieira da Luz e Araken Alves de Lima					
Disciplina: “Iniciativas Locais em Propriedade Intelectual”			Código: ILPI.el.3		
E-mail: academia@inpi.gov.br					
Curso: Mestrado/doutorado Profissional em Inovação e Propriedade Intelectual					
Carga Horária: 45	Créditos: 3	Tipo:	Obrigatórias	Eletivas	X
Horário:					
Pré-requisitos: HISTÓRIA DA PROPRIEDADE INTELECTUAL INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO					
Objetivos					
<p>O objetivo geral da disciplina é organizar e apresentar referenciais conceituais e empíricas (experiências brasileiras e internacionais) que sejam relevantes para:</p> <ul style="list-style-type: none">• discussão das Iniciativas locais de políticas públicas de desenvolvimento econômico cujos escopos relacionam-se diretamente com ativos intangíveis e Propriedade Intelectual (ILPIs).• discussão da atuação institucional local do INPI, observadas as finalidades definidas pela Lei brasileira da Propriedade Industrial (art. 2 da Lei Nº 9.279 de 1996) e a Lei de criação do INPI (art. da 2 Lei nº 5.648 de 1970). <p>Nesse contexto, compreendem objetivos específicos da disciplina</p> <ul style="list-style-type: none">• definir, Identificar e qualificar as Iniciativas locais de políticas públicas de desenvolvimento econômico cujos escopos relacionam-se diretamente com ativos intangíveis e Propriedade Intelectual (ILPIs);• descrever e qualificar a configuração institucional, o modelo de governança e de gestão da propriedade intelectual das ILPIs.• contextualizar, descrever e discutir os objetivos, estratégias e os <i>modi operandi</i> dos escritórios sub-regionais de propriedade intelectual no contexto ILPIs.					
Ementa da disciplina					
<ol style="list-style-type: none">1. Cadeias de valor, sistemas locais de produção e inovação e geografia da inovação2. Políticas públicas locais de desenvolvimento econômico e de competitividade3. O sistema de propriedade intelectual no contexto dos instrumentos de política pública local de desenvolvimento econômico4. Conceito de “Iniciativas locais de políticas públicas de desenvolvimento econômico cujos escopos relacionam-se diretamente com ativos intangíveis e Propriedade Intelectual (ILPIs)”5. o <i>modus operandi</i> das ILPIs: experiência brasileira (estudo de casos)6. o <i>modus operandi</i> das ILPIs: experiências internacionais (estudo de casos)7. bases conceituais e referências empíricas para discussão de políticas públicas locais de					

Propriedade Intelectual

8. bases conceituais e referências empíricas para discussão do modelo de atuação local do INPI

Justificativa

A propriedade intelectual é tipicamente uma instituição sistêmica cuja operação se organiza a partir do ordenamento jurídico no contexto nacional. Por essa razão, podemos considerar que a configuração do sistema de propriedade intelectual tende a alinhar-se às estratégias de desenvolvimento nacionais.

As estratégias de desenvolvimento nacionais, por sua vez, são estabelecidas com bases nas vantagens e oportunidades relativas dos países, que se manifestam principalmente a partir dos setores de atividade econômica. Com isso temos que a configuração do sistema de propriedade intelectual, quando alinhado às estratégias nacional, tendem a refletir os interesses e posicionamentos desses setores de atividades. Nesse sentido, a configuração do sistema de propriedade intelectual dos países guarda relação com os setores de atividades estratégicos do ponto de vista nacional.

Contudo, a distribuição das atividades e dos recursos econômicos não é uniforme no espaço territorial e as eventuais particularidades em termos de vantagens e oportunidades locais podem implicar em prioridades diferenciadas no âmbito das estratégias de desenvolvimento subnacional. Com isso, do ponto de vista local, o sistema de propriedade intelectual opera como uma variável exógena que precisa ser conciliado e alinhado às estratégias de desenvolvimento local que são dadas através de iniciativas de desenvolvimento econômico local.

Nesse contexto é fundamental estruturar referências conceituais e empíricas para avaliar as Iniciativas de política pública de desenvolvimento econômico local e sua interface com o sistema de propriedade Intelectual e estabelecer critérios para avaliação das iniciativas locais do INPI, observadas as finalidades definidas pela Lei brasileira da Propriedade Industrial (art. 2 da Lei Nº 9.279 de 1996) e a Lei de criação do INPI (art. da 2 Lei nº 5.648 de 1970).

Metodologia

- Apresentação e discussão de conceitos com base em revisão específica da literatura
- Estudos de casos comparados

Plano de aula

Aula 1 – introdução: políticas públicas locais

- Aspectos conceituais sobre os sistemas locais de produção e inovação e o sistema de propriedade intelectual.
- Aspectos conceituais sobre políticas públicas locais de desenvolvimento econômico quanto à institucionalização e governança das iniciativas locais

Aula 2 – introdução: competitividade e inserção internacional

- criação e apropriação nas cadeias globais de valor
- configuração da geografia da inovação e da competitividade

Aula 3- Contextualização

- Considerações gerais sobre o sistema de propriedade intelectual e sobre os sistemas locais de produção e inovação no Brasil
- Considerações gerais sobre as políticas públicas de desenvolvimento econômico local no Brasil.

Aula 4 –Referências conceituais

- Variáveis básicas relacionadas à propriedade intelectual no contexto dos instrumentos de política pública local
- Conceito, escopo e instrumentos básicos de políticas públicas locais relacionadas à propriedade intelectual

Aula 5 –Referências empíricas brasileiras (estudos de caso)

- Experiências brasileiras de políticas públicas locais relacionadas à PI: Santa Catarina
- Experiências brasileiras de políticas públicas locais relacionadas à PI: São Paulo

Aula 6 –Referências empíricas internacionais (estudos de caso)

- Experiências internacionais de políticas públicas locais relacionadas à PI: China
- Experiências internacionais de políticas públicas locais relacionadas à PI: Alemanha

Aula 7 –discussão sobre as experiências iniciativas locais

- referências para discussão das Iniciativas locais de políticas públicas de desenvolvimento econômico cujos escopos relacionam-se diretamente com ativos intangíveis e Propriedade Intelectual (ILPIs)
- referências para discussão de políticas locais de propriedade intelectual

Aula 8 –discussão do modelo de atuação local do INPI

- Objetivos e estratégias locais de atuação no contexto das políticas locais de desenvolvimento econômico
- *Modus operandi* das unidades descentralizadas do INPI no contexto das políticas locais de desenvolvimento econômico

Aula 9 – fechamento

Literatura provisória

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE EMPRESAS DE TECNOLOGIAS – ACATE. Tecnologia e inovação em Santa Catarina: 30 anos ACATE. São Paulo: BB Editora, 2016.

BLASS, Arno. Caspar Erich Stemmer: administração, ciência e tecnologia. 2. ed. rev. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015.

BLIND, Knut et al. Motives to patent: Empirical evidence from Germany. *Research Policy*, v. 35, n. 5, p. 655-672, 2006.

CASSIOLATO, Jose Eduardo; SZAPIRO, Marina Honorio de Souza. Os dilemas da política industrial e de inovação: os problemas da Região Sudeste são os do Brasil. Um olhar territorial para o desenvolvimento: Sudeste. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2015.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI. Propriedade intelectual: as mudanças na indústria e a nova agenda. Brasília: CNI, 2014.
Economic Research Working Paper No. 36. 2017

EDLER, Jakob; MEYER-KRAHMER, Frieder; REGER, Guido. Changes in the strategic management of technology: results of a global benchmarking study. *R&D Management*, v. 32, n. 2, p. 149-164, 2002.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA – FIESC. Análise do comércio internacional catarinense 2016. Florianópolis: CIN/FIESC, 2016.

FEIGE, David; VONORTAS, Nicholas S. Context appropriate technologies for development: Choosing for the future. *Technological Forecasting and Social Change*, v. 119, p. 219-226, 2017.

GARCIA, Catalina A. et al. Guia estratégica de propiedad intelectual Universidad-Empresa. Medellín: Vallejo Editores, 2014.

GOULART FILHO, Alcides. Formação econômica de Santa Catarina. 3. Ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.

HIRATUKA, Célio; SARTI, Fernando. Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil: uma contribuição ao debate. Campinas: IE/Unicamp, 2015.

IATA, Cristiane M. e ZIMMER, Paloma (orgs.). Inovação em rede: como inserir sua empresa no ecossistema de inovação. Florianópolis: Tribo da ilha, 2016.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (Brasil). Aprova o Plano de Ação Regional 2017-2022. Portaria Nº 164, de 18 de setembro de 2017. *BOLETIM DE PESSOAL/CGRH/INPI*, p. 12-68, 20 de setembro de 2017.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (Brasil). Diretoria Executiva. Assessoria de Assuntos Econômicos. Indicadores de Propriedade Industrial 2017. Rio de Janeiro - INPI, 2017.

KIM, Young Jun; VONORTAS, Nicholas S. Cooperation in the formative years: Evidence from small enterprises in Europe. *European Management Journal*, v. 32, n. 5, p. 795-805, 2014.

PACAGNELLA JÚNIOR, Antônio Carlos; PORTO, Geciane Silveira. Análise dos fatores de influência no desempenho inovador da indústria paulista. *Revista Brasileira de Inovação*, v. 11, n. 2 jul/dez, p. 333-364, 2012.

PLONSKI, Guilherme Ary. Bases para um movimento pela inovação tecnológica no Brasil. *São Paulo em perspectiva*, v. 19, n. 1, p. 25-33, 2005.

QUADROS, Ruy et al. Padrões de inovação tecnológica na indústria paulista comparação com os países industrializados. *São Paulo em Perspectiva*, v. 13, n. 1-2, p. 53-92, 1999.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável. Guia de implantação dos Centros de Inovação: Livro 1 – Conceito e fundamentos. Florianópolis: SDS, 2017.

SARTI, Fernando; HIRATUKA, Célio. Desempenho recente da indústria brasileira no contexto de mudanças estruturais domésticas e globais. Campinas: Unicamp. IE, 2017.

STURGEON, Timothy et al. O Brasil nas cadeias globais de valor: implicações para a política industrial e de comércio [“Brazil in Global Value Chains: Implications for Industrial Policy and Trade”]. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, 2013.

WIPO Measuring the income to intangibles in goods production: a global value chain approach

WIPO. A missing link in the analysis of global value chains: cross-border flows of intangible assets, taxation and related measurement implications Economic Research Working Paper No. 37. 2017

WIPO. World Intellectual Property Report 2017: Intangible Capital in Global Value Chains